

ano 18 – n. 1 | janeiro/abril – 2021
Belo Horizonte | p. 1-235 | ISSN 1806-910X
R. de Dir. Empresarial – RDEmp

Revista de
DIREITO EMPRESARIAL

RDEmp

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

DOCTRINA

A recuperação judicial e a extensão da novação aos coobrigados

Marlon Tomazette, Tadeu Alves Sena Gomes	11
1 Introdução	11
2 Os princípios e objetivos da Recuperação Judicial	14
3 O instituto da novação na recuperação judicial	17
4 O direito fundamental à execução civil	19
5 A jurisprudência do STJ. Os casos dos REsp nºs 1.333.349/SP, 1.532.943/MT e 1.700.487/MT	22
6 Considerações finais	27
Referências	28

O surgimento dos programas de *compliance* e sua aplicação na seara trabalhista à luz da função social da empresa

Gilsilene Passon Picoretti Francischetto, Vitor da Costa Honorato de Siqueira	31
Introdução	31
1 A função social da empresa	32
2 Os programas de <i>compliance</i>	35
3 A implementação dos programas de <i>compliance</i> trabalhista como condição para o atingimento da função social da empresa	38
Considerações finais	40
Referências	41

Responsabilidade civil dos administradores de sociedades empresárias envolvidas em escândalos de corrupção: os prejuízos aos sócios e a inobservância da função social da empresa

Aline França Campos, Beatriz Gontijo de Brito	43
1 Introdução	43
2 Responsabilidade civil de administradores de sociedades empresárias	45
3 A proteção aos minoritários	51
3.1 A tutela compensatória da responsabilidade civil	52
4 Função social da empresa e dignidade da pessoa humana no Direito Empresarial.....	53
5 Conclusão	56
Referências	57

A tecnologia *Blockchain* como política pública anticorrupção

Oksandro Osdival Gonçalves, Renan William de Deus Lima	61
1 Introdução	61
2 Aspectos gerais da corrupção no Brasil	62
2.1 Aspectos legais da corrupção no Brasil	63
3 As premissas do sistema <i>Blockchain</i>	64
3.1 Histórico e desenvolvimento.....	65

3.2	Características da tecnologia	67
3.3	Aplicações do sistema.....	70
4	A aplicação do sistema <i>Blockchain</i> no setor público brasileiro	72
4.1	O <i>Blockchain</i> governamental	73
4.2	Vantagens advindas com a implantação.....	75
5	Considerações finais	76
	Referências	77

O inferno são os outros I: análise empírica das causas de pedir e dos remédios propostos em recuperações judiciais

Eduardo da Silva Mattos, José Marcelo Martins Proença	81	
1	Introdução: contextualização e problema de pesquisa	81
2	A base e coleta de dados	84
3	As causas concretas dos pedidos de recuperação judicial	86
4	Os meios de recuperação previstos nos planos	91
5	Conclusão	94
	Referências	95

Análise da vedação ao confisco, sua aplicação às multas tributárias e o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal e seus impactos nos direitos da personalidade

Dirceu Pereira Siqueira, Raphael Farias Martins, Caroline Akemi Tatibana	99	
	Introdução	100
1	Breve aspecto histórico da vedação ao confisco	101
2	Vedação ao confisco	102
3	Natureza jurídica da vedação ao confisco	105
4	Multa tributária	107
5	Aplicação da vedação ao confisco às multas tributárias como meio de proteção a dignidade da pessoa humana.....	109
6	Do entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal quanto à aplicação da vedação ao confisco às multas tributárias.....	118
	Conclusão	120
	Referências	122

Direito, inovação e tecnologia: tipos de investimento e desinvestimento para *startups*

Henrique Avelino Rodrigues de Paula Lana, Eduardo Goulart Pimenta	127	
1	Introdução	127
2	As <i>startups</i> e suas características essenciais	128
3	Os tipos de investimentos para <i>startups</i>	133
3.1	<i>Bootstrapping</i>	134
3.2	<i>Family, friends and fools (FFF)</i>	135
3.3	O investidor-anjo e as Leis Complementares nºs 123/2006 e 155/2016.....	137
3.4	Fundos de investimento	139
3.4.1	<i>Fundos seed capital</i> – capital semente	139
3.4.2	<i>Venture capital</i> e <i>private equity</i>	140
4	<i>Inicial public offering (IPO)</i>	143
5	<i>Crowdfunding</i> e a Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017	144
6	Desinvestimento para investidores em <i>startups</i>	147
	Conclusão	148
	Referências	149

Responsabilidade pós-contratual em sentido específico nos contratos empresariais

Marcus Elidius Michelli de Almeida, Max Magno Ferreira Mendes	153	
1	Introdução	153
2	Contrato empresarial	156
2.1	Princípio da autonomia privada nos contratos empresariais	157
2.2	Princípio da livre iniciativa e da livre concorrência nos contratos empresariais.....	161
3	Responsabilidade jurídica nos contratos empresariais.....	163
4	Responsabilidade pós-contratual	168
5	Responsabilidade pós-contratual nos contratos empresariais	170
5.1	Boa-fé objetiva como fundamento da <i>culpa post pactum finitum</i>	173
5.2	Função social do contrato como fundamento da <i>culpa post pactum finitum</i>	177
5.3	Dignidade da pessoa humana como fundamento da <i>culpa post pactum finitum</i>	178
6	Conclusão	178
	Referências	180

Responsabilidade dos coobrigados na recuperação judicial: críticas à guinada do STJ

Sandro Mansur Gibran, Guilherme Bonato Campos Caramês, João Victor Ruiz Martins	183	
1	Introdução	183
2	Das garantias	185
3	Análise das decisões indicativas de uma guinada interpretativa.....	190
3.1	Da contradição com o precedente vinculante firmado no Resp. nº 1.333.349/SP.....	191
3.2	Impossibilidade de votação de cláusula de desoneração de garantias pessoais sem a anuência do credor que for seu titular: fundamentos jurídicos e econômicos..	193
4	Conclusão	200
	Referências	201

Poder conferido ao mecanismo de Inteligência Artificial na tomada de decisão empresarial

Paulo Caliendo da Silveira, Marianna Gazal Passos	205	
	Introdução	205
1	Noções de Inteligência Artificial	206
2	Relações entre Inteligência Artificial, <i>Machine Learning</i> e <i>Big Data</i>	208
2.1	<i>Machine Learning</i>	208
2.2	<i>Big Data</i>	210
3	Relação entre Inteligência Artificial e tomada de decisão empresarial.....	211
3.1	IA e o Conselho Fiscal	215
3.2	Dever de diligência	216
	Conclusão	219
	Referências	220

Normas Técnicas

225

Normas Técnicas

229

Technical Standards

233